



**Projeto Pedagógico do Curso
de Pós-Graduação *Lato Sensu*
em Direito do Trabalho e
Processo do Trabalho**

- EAD -

**Curitiba/PR
Abril/2023**

Mantenedora
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA – e-MEC 18437
CNPJ: 32.163.997/0001-97

Mantida
GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO – e-MEC 1759

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 1396, de 04/07/2001,
(publicada em Diário Oficial da União de 09/07/2001).

Credenciado pela Portaria Ministerial nº 827, de 22/03/2002,
(publicada no DOU em 27/03/2002).

Portaria de Recredenciamento nº 65, de 18 de janeiro de 2017,
(publicada no DOU em 19/01/2017).

Credenciamento em Gran Centro Universitário – UniBagozzi,
Portaria nº 402, de 03 de junho de 2022,
(publicada no DOU de 06/06/2022, Seção 1, Edição 106, Página 141).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO
DO TRABALHO
Modalidade a Distância

1. Perfil Institucional

1.1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – IES

Quadro 1 – Identificação da Instituição de Ensino Superior – IES

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA: GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA, CNPJ: 32.163.997/0001-97
Endereço: Luiz Parigot de Souza, nº 961 Bairro: Portão Cidade: Curitiba UF: PR
CEP: 81.070-050 Telefone: (41) 3521-2727

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.1.1. Base Legal da Mantenedora

O Gran Centro Universitário é uma Instituição de Educação Superior (IES), mantida pelo Gran Centro Universitário LTDA. Trata-se de uma sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos. O Contrato Social da Mantenedora é registrado na Junta Comercial do Paraná, por meio do Registro nº 20227646223, datado de 09/11/2022, com o código de verificação nº 12214549000 e NIRE de nº 41208940492.

1.1.2. Base Legal da IES

Quadro 2 – Identificação da Mantenedora

IDENTIFICAÇÃO DA MANTENEDORA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO LTDA
CNPJ:	32.163.997/0001-97
Código e-MEC:	18437
Endereço:	Rua Luiz Parigot de Souza, 961, Portão, Curitiba, PR, CEP: 81.070-050
Data da Fundação:	03 de dezembro de 2018
Natureza Jurídica:	Sociedade Empresária LTDA – Com fins lucrativos

DIRIGENTE DA MANTENEDORA					
Dirigente:	Gabriel Granjeiro				
Cidade:	Brasília	UF:	DF	CEP:	81.070-00
Fone:	(41) 3229-1181				

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

Quadro 3 – Identificação da Instituição Mantida

IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO MANTIDA	
Nome:	GRAN CENTRO UNIVERSITÁRIO
e-MEC:	1759

DIRIGENTE DA INSTITUIÇÃO MANTIDA					
Reitor:	Gabriel Granjeiro				
Endereço:	Rua Caetano Marchesini, nº 952				
Cidade:	Curitiba - Paraná	UF:	PR	CEP:	81.070-050
Fone:	(41) 3521-2727		Fax:	(41)3521-2700	

Fonte: Gran Centro Universitário (2022)

1.2. PERFIL E MISSÃO DA IES

Missão: *Mudar vidas por meio da Educação e da Tecnologia.*

Visão: *Ser a plataforma tecnológica que mais impacta a educação brasileira.*

Valores:

- *Tudo se resume a pessoas servindo outras pessoas;*
- *Somos obcecados pelos nossos alunos;*
- *Inovação é obrigação;*
- *Integridade não tem preço;*
- *Aqui, estamos sempre no 1º dia.*

1.3. BREVE HISTÓRICO DA IES

1.3.1. O Gran Centro Universitário

O Gran, uma EdTech brasileira que tem como missão mudar a vida de seus alunos por meio da educação e da tecnologia. A companhia, que completou 10 anos em 2022, é jovem, mas já tem um histórico sólido e de destaque, inclusive internacional. Foi reconhecida como a 5ª empresa mais inovadora da América Latina pela FastCompany, possui tecnologia de ponta que tem democratizado o ensino em todo o país e alcançou números que denotam sua vasta expertise de oferecer educação e ferramentas de excelência, mudando a vida de dezenas de milhares de alunos na última década.

A paixão por mudar vidas é o eixo condutor para qualquer movimento feito pelo Gran e os meios dessa transformação são a educação e a tecnologia, com ferramentas de aprendizagem pensadas em levar o melhor conteúdo, aliado a instrumentos que potencializam o estudo e aceleram o aprendizado. Desta forma, as TICs (**Tecnologias de Informação e Comunicação**) são essencialmente valorizadas pelo Gran, pois geram o acesso ao conhecimento e multiplicam as possibilidades de interação, ensino e aprendizado à comunidade acadêmica que, munida dessas ferramentas, torna a aprendizagem ativa e passa a protagonizar o processo educativo.

1.4. VOCAÇÃO GLOBAL

Os princípios e as ações a serem delineadas são fundamentais para que o **Gran Centro Universitário** promova as alterações necessárias à implementação das mudanças na busca de uma Instituição que seja fruto, permanentemente, do engajamento de suas metas/objetivos propostos pela comunidade acadêmica **Gran**. Dentre os objetivos globais traçados, destacam-se:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar cidadãos e profissionais nas áreas de conhecimento em que atuar, aptos para a inserção nas respectivas carreiras e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promovendo ações para sua formação continuada;
- incentivar a investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, da criação e difusão da cultura e o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento pessoal, cultural e profissional e possibilitar sua correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo globalizado e, simultaneamente, prestar serviços especializados à comunidade, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolver ações afirmativas para a promoção de igualdade de condições com vistas à inclusão social.

2. Coordenação do Curso

Rogério Alves Dias

Advogado. Doutorando em Direito. Mestre em Ciência Política, com área de concentração em Direitos Humanos, Cidadania e Violência. Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho. Especialista em Direito Público. Professor Universitário (graduação e pós-graduação) e cursos preparatórios para concursos públicos.

E-mail: rogerio.dias.gran@gmail.com

Telefone: (61) 98324-7161

3. Dados do Curso

Nome do curso: DIREITO DO TRABALHO E PROCESSO DO TRABALHO

Modalidade: EAD

Carga horária: 362 h (disciplinas) + 40h (trabalho de conclusão de curso)

Periodicidade: oferta permanente

Período: 6 a 24 meses

4. Aspectos Gerais do Projeto Pedagógico

4.1. JUSTIFICATIVA DA OFERTA DO CURSO

Com as constantes alterações nas relações trabalhistas, tendo em vista as novas tecnologias e mudanças no cenário econômico, bem como a alta competitividade nas organizações, o curso de pós-graduação em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho promove um estudo aprofundado nos mais variados temas das relações de trabalho, qualificando o operador do Direito atuar na advocacia pública ou privada, magistratura, procuradorias, docência, pesquisas e demais atividades jurídicas.

4.2. OBJETIVOS DO CURSO

4.2.1. Objetivos Gerais

- Capacitar o estudante a interpretar, aplicar e buscar solução para conflitos com base na doutrina e jurisprudência, bem como resolver problemas nos estudos de casos, de modo que ele apreenda e construa outras situações fáticas e, igualmente, possa apresentar soluções jurídicas criativas e contextualizadas em relação ao conteúdo programático estudado.
- Desenvolver competências que habilitem o profissional a posicionar-se com a lei em face de situações concretas envolvendo litígios trabalhistas decorrentes da relação de trabalho.
- Dotar o aluno de adequada formação geral, humanística e axiológica, de caráter científico e técnico, propiciando-lhe visão geral e unitária do Direito.

4.2.2. Objetivos Específicos

- Habilitar o estudante a utilizar o conhecimento na resolução prática de problemas reais que surgirão no exercício profissional das carreiras privativas dos bacharéis em Direito, tais como a Advocacia, a Magistratura, o Ministério Público e outras.
- Incentivar o aluno a pesquisar o Direito Material e Processual do Trabalho em diálogo com os demais ramos do direito, para que tenha conhecimento amplo de cada instituto jurídico e sua aplicação conforme cada rito processual previsto.

4.3. CONTRIBUIÇÕES PARA O EGRESSO

Com efeito, a continuidade da formação acadêmica proporcionará:

- a) Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas atuais;
- b) Interpretar, aplicar e ampliar conceitos e conteúdo próprio da Ciência do Direito;
- c) Pesquisar, utilizar e contribuir para com a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito;
- d) Atuar, técnica e juridicamente, de forma adequada em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a utilização dos meios mais oportunos modernamente;
- e) Complementar o raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica pertinentes;
- f) Amoldar juridicamente as questões que lhes forem apresentadas;
- g) Dominar tecnologias e métodos para a compreensão e aplicação moderna do Direito.

4.4. PÚBLICO-ALVO

Bacharéis em Direito. Advogados. Juízes. Procuradores. Professores. Pesquisadores.

4.5. FORMA DE INGRESSO

Matrículas vinculadas ao sistema Gran Cursos Online, atendendo ao pré-requisito legal.

5. Estrutura Curricular Do Curso

5.1. METODOLOGIA

Utilizar-se-á o método de exposição tradicional, por meio de aulas gravadas de disponibilizadas na Plataforma, bem como a aprendizagem focada no aluno, tornando-o ainda mais ativo, tendo o professor como facilitador.

Além disso, haverá aulas ao vivo, síncronas, e objetos de aprendizagem de modo a permitir maior interação entre o professor e os alunos, esclarecendo dúvidas e ampliando o diálogo.

5.2. MATRIZ CURRICULAR

Unidade Curricular		CH Horária
01	Direito Constitucional	40h
02	Jurisdição e Normas Fundamentais de Processo Civil	13h
03	Direito Previdenciário	40h
04	Direito Processual do Trabalho	20h
05	Direito Individual do Trabalho I	10h
06	Direito Individual do Trabalho II	30h
07	Direito Coletivo do Trabalho	10h
08	Direitos Humanos	30h
09	Direito Processual do Trabalho – Procedimentos Especiais	15h
10	Recursos Trabalhistas	8h
11	Tópicos Especiais I	4h
12	Tópicos Especiais II	5h
13	Tópicos Especiais III	5h

Unidade Curricular		CH Horária
14	Pje-Calc	5h
15	Comunicação e Oratória	10h
16	Execução Trabalhista	10h
17	Direito Civil	20h
18	Tutela Provisória: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência	7h
19	Direito Internacional	25h
20	Direito Processual Civil	25h
21	PJE	10h
22	Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	15h
23	Tópicos Especiais IV	5h
TOTAL DAS DISCIPLINAS		362 h/a
Trabalho de Conclusão de Curso (OPCIONAL)		40 h/a
TOTAL DO CURSO		402 h/a

5.3. COMPONENTES CURRICULARES

Disciplina: DIREITO CONSTITUCIONAL

Carga horária: 40 h/a

Objetivos: Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas; interpretar e aplicar o conteúdo próprio da Ciência do Direito; Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; Atuar técnica e juridicamente de forma adequada em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a utilização dos devidos processos, atos e procedimentos.

Conteúdo programático: Teoria da Constituição. Conceito, classificação (tipologia) e elementos. Poder Constituinte (espécies e limites). Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Métodos e princípios de interpretação. Regras, princípios e postulados constitucionais. Hierarquia das normas e supremacia da Constituição. História constitucional brasileira. Constituição Federal de 1988. Estrutura. Princípios fundamentais. Direitos e garantias fundamentais. Organização do Estado Organização dos Poderes. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Ordem Econômica e Financeira. Ordem Social. Controle de constitucionalidade, de convencionalidade e de legalidade. Jurisprudência do STF e do STJ. Jurisdição constitucional.

Bibliografia básica:

ALEXY, Robert. Colisão de direitos fundamentais e realização de direitos fundamentais no estado de direito democrático. Rio de Janeiro: Renovar, RDA Vol. 217:67-79.

..... Direitos fundamentais no estado constitucional democrático. Rio de Janeiro:

Renovar, RDA Vol. 217: 55-66.

ÁVILA, Humberto. A distinção entre princípios e regras e a redefinição do dever de proporcionalidade. RDA 215:151. Renovar.

_____. Princípios e regras e a segurança jurídica. In Segurança jurídica na tributação e estado de direito. São Paulo, Editora Noeses.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. O conteúdo jurídico do princípio da igualdade. São Paulo, Malheiros.

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo direito constitucional brasileiro.

Disciplina: JURISDIÇÃO E NORMAS FUNDAMENTAIS DE PROCESSO CIVIL

Carga horária: 13 h/a

Objetivos: Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas; interpretar e aplicar o conteúdo próprio da Ciência do Direito; Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; Atuar técnica e juridicamente de forma adequada em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a utilização dos devidos processos, atos e procedimentos.

Conteúdo programático: Propedêutica processual. Visão científica do Direito Processual. Trilogia estrutural do Direito Processual. Hermenêutica processual. Jurisdição. Competência. Ação. Sujeitos processuais. Princípios fundamentais do processo e do procedimento. Teoria geral das provas, dos recursos, da coisa julgada e da execução.

Bibliografia básica:

BUENO, Cássio Scarpinella. Manual de direito processual civil. Vol. único. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DIDIER JR., Fredie. Curso de processo civil. São Paulo: Juspodvm, 2016. v.4

DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. 22^a. ed. São Paulo: Atlas, 2019;

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquemático. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2019.

JUNIOR, Nelson Nery/ NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado.18.ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

MARCATO, Antônio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Atlas, 17 ed. 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Salvador: editora JusPODIVM, v. único, 2020.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil. 16. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2018. v.4.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 54.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 2

Disciplina: DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Carga horária: 40 h/a

Objetivos: Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas; interpretar e aplicar o conteúdo próprio da Ciência do Direito; Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; Atuar técnica e juridicamente de forma adequada em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a utilização dos devidos processos, atos e procedimentos.

Conteúdo programático: Evolução histórica da Proteção Social. A Seguridade Social na Constituição Federal de 1988. Princípios constitucionais. Estrutura e Organização da Seguridade Social: Saúde. Assistência Social e Previdência Social. Regimes de Previdência. RGPS. Beneficiários do RGPS. Qualidade de segurado. Comprovação e manutenção da qualidade de segurado. Carência para fins de concessão dos benefícios no RGPS. Cálculo da Renda Mensal Inicial. Benefícios em espécie. Revisões de

benefícios previdenciários. Custeio da Seguridade. Regime Próprio de Previdência Social. Previdência Complementar. Contexto Atual da Proteção Social. Reforma da Previdência: EC 103/19. Crimes contra a Previdência.

Bibliografia básica:

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 22ª edição. São Paulo: Forense. 2019

IBRAHIM, Fábio Zambite. Curso de Direito Previdenciário. 25ª edição. Rio de Janeiro: Impetus. 2020

LAZZARI, João Batista et. Manual de Direito Previdenciário. São Paulo: LTr.

LEAL, Bruno Bianco; PORTELA, Felipe Mêmolo. Previdência em Crise. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2018

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Curso de Direito Previdenciário. São Paulo: Ltr.

MARTINS, Sérgio Pinto. Direito da Seguridade Social. São Paulo: Atlas.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Direito adquirido na Previdência Social. São Paulo: LTr.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. Reforma da Previdência Social. São Paulo: LTr.

MENDONÇA, Carlos; BARBOSA, Washington. Reforma da Previdência: entenda ponto a ponto. São Paulo: Revista dos Tribunais. 2019

OLIVEIRA, Aristeu. Previdência Social. São Paulo: Atlas. Revista de Previdência Social. São Paulo: LTr.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Carga horária: 20 h/a

Objetivos: Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas; Interpretar e aplicar o conteúdo próprio da Ciência do Direito; Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; Atuar técnica e juridicamente de forma adequada em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a utilização dos devidos processos, atos e procedimentos.

Conteúdo programático: Princípios do Direito Processual; Princípios Constitucionais; Princípios do Processo Civil e do Processo do Trabalho; Competência e Jurisdição; Petição Inicial e Resposta do Réu; Audiência e Provas; Sentença, Coisa Julgada e Embargos Declaratórios; Teoria Geral dos Recursos e Recurso Ordinário; Recurso de Revista, Agravo de Instrumento, Embargos para SDI, Agravo Regimental; Ação Rescisória e Ação Anulatória na Justiça do Trabalho; Execução: Parte Geral e Liquidação; Execução, Embargos à Execução, Agravo de Petição, Hasta Pública; Execução de Contribuições Sociais na Justiça do Trabalho; Embargos à Execução, Agravo de Petição, Hasta Pública; Tutelas de Urgência no Processo do Trabalho.

Bibliografia básica:

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 11. Ed. São Paulo, SP: LTr, 2013.

MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. Manual Esquemático de Direito e Processo do Trabalho. 13. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2005.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. 28. Ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2013.

OLIVEIRA, Francisco Antônio de. Execução na justiça do trabalho: doutrina, jurisprudência, súmulas e orientações jurisprudenciais. 6. Ed., ver., atual. E ampl. São Paulo, SP: Revista dos Tribunais, 2007.

SARAIVA, Renato. Curso de direito processual do trabalho. 9. Ed., ver. Atual. E ampl. Rio de Janeiro, RJ: Método, 2012.

Disciplina: DIREITOS HUMANOS

Carga horária: 30 h/a

Objetivos: Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas; interpretar e aplicar o conteúdo próprio da Ciência do Direito; Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; Atuar

técnica e juridicamente de forma adequada em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a utilização dos devidos processos, atos e procedimentos.

Conteúdo programático: 1. Direitos humanos: conceito, fundamentos filosóficos e evolução histórica. Direitos fundamentais. Gerações ou dimensões de direitos. Incorporação dos Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos. 2. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 3. Dimensões dos Direitos Humanos. 4. Posituação dos Direitos Humanos. 5. Direitos Humanos, Direitos Fundamentais e a relação de trabalho. 6. Os tratados internacionais sobre Direitos Humanos e Constituição da República. Tratado da ONU e da OEA 7. Interpretação e aplicação dos tratados internacionais sobre Direitos Humanos. 8. Normas internacionais de proteção da criança e do adolescente contra a exploração econômica. Convenção sobre os Direitos da Criança, da Organização das Nações Unidas. Pacto dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, da ONU. Convenção 138 e Recomendação 146, de 1973, sobre a idade mínima para a admissão no emprego, da Organização Internacional do Trabalho. Convenção 182 e Recomendação 190, sobre as piores formas de trabalho infantil, da Organização Internacional do Trabalho. 9. Princípios de Bangalore sobre a conduta judicial. 10. Convenção Interamericana de Direitos Humanos. Pacto de São José da Costa Rica. 11. O controle jurisdicional da convencionalidade.

Bibliografia básica:

COMPARATO, Fábio Konder. Afirmção Histórica dos Direitos Humanos. São Paulo, ed. Saraiva, 1999.
CRUZ, A. R. S. Jurisdição constitucional democrática. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. v. 1.
CANÇADO TRINDADE, Antonio Augusto. Tratado de Direito Internacional dos Direitos Humanos. Porto Alegre: SAFE, 1997.
CRUZ, A. R. S. (Org.) . Hermenêutica e Jurisdição constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
HESSE, Konrad. A força normativa da constituição. Porto Alegre: Fabris, 1991.
LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos. Um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
MOUFFE, Chantal. O regresso do político. Lisboa: Verso, 1996.
PIOVESAN, Flávia. Direitos Humanos e Jurisdição Internacional. São Paulo: Saraiva, 2006. VILLEY, Michel. O direito e os direitos humanos. São Paulo.

Disciplina: PJE-CALC

Carga horária: 5 h/a

Conteúdo programático: DOWNLOAD, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO PJE-CALC; PRINCIPAIS FUNCIONALIDADES DO SISTEMA; ATUALIZAÇÃO DAS TABELAS DE ÍNDICES DE CÁLCULO; IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CÁLCULOS; VANTAGENS DA PADRONIZAÇÃO E PORTABILIDADE DOS CÁLCULOS TRABALHISTAS; PRÁTICA A PARTIR DE CASOS SIMULADOS.

Bibliografia básica:

Manual de utilização do PJe-Calc: <https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/PJe-Calc>
Exemplos práticos: <https://pje.csjt.jus.br/manual/index.php/PJe-Calc-Tutorial>
Manual de instalação: https://www.trt8.jus.br/sites/portal/files/roles/pje-calc/manual_de_instalacao_-_pje-calc_cidadao.pdf

Bibliografia complementar:

Perguntas frequentes – dúvidas técnicas: <https://www.trt8.jus.br/pjecalc-cidadao/perguntas-frequentes-duvidas-tecnicas>
Perguntas frequentes – dúvidas negociais: <https://www.trt8.jus.br/pjecalc-cidadao/perguntas-frequentes-duvidas-negociais>

Disciplina: COMUNICAÇÃO E ORATÓRIA**Carga horária:** 10 h/a

Objetivos: Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas; interpretar e aplicar o conteúdo próprio da Ciência do Direito; Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; Atuar técnica e juridicamente de forma adequada em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a utilização dos devidos processos, atos e procedimentos.

Conteúdo programático: VIDEOCONFERÊNCIA - CONCENTRAÇÃO - COMUNICAÇÃO – PÚBLICO – ROTEIRO – TEMPO - INDUMENTÁRIA - POSTURA CORPORAL - VOZ (VOLUME/RITMO/VELOCIDADE) – MEMORIAIS – DINÂMICAS

Bibliografia básica:

POLITO, Reinaldo; POLITO, Rachel. 29 minutos PARA FALAR BEM EM PÚBLICO. Rio de Janeiro: Sextante, 2015.

POMBO, Rute Rocha. Adeus ao medo de falar em público. São Paulo: Ideias & Letras, 2016.

<https://www.conjur.com.br/2018-ago-24/limite-penal-elogio-defensoria-publica-raiz-nao-paredes>

<https://www.conjur.com.br/2018-jun-12/lei-garante-sustentacao-oral-pedido-liminar-ms>

<https://www.conjur.com.br/2018-mai-06/ana-mendes-sustentacao-oral-agravo-interno-situacao-excepcional>

<https://www.conjur.com.br/2018-mar-12/advogado-direito-sustentacao-oral-mesmo-inscricao-previa>

<https://www.conjur.com.br/2018-fev-20/paradoxo-corte-quando-oportuna-sustentacao-oral-tribunais>

<https://www.conjur.com.br/2018-jan-03/luiz-valladao-caracteristicas-nuances-sustentacao-oral>

<https://www.conjur.com.br/2016-jun-10/limite-penal-dica-quando-for-recebido-julgador-embargos-aureculares>

<https://www.conjur.com.br/2016-jan-19/cnj-suspende-regra-impedia-advogado-ler-sustentacao-oral>

Disciplina: DIREITO CIVIL**Carga horária:** 20 h/a

Objetivos: Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas; Interpretar e aplicar o conteúdo próprio da Ciência do Direito; Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; Atuar técnica e juridicamente de forma adequada em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a utilização dos devidos processos, atos e procedimentos.

Conteúdo programático: A evolução contemporânea do direito civil. Constituição e Código Civil: reciprocidade e interação. Princípios e regras constitucionais e sua aplicação ao direito civil. Direitos fundamentais e o direito civil: colisão de direitos privados constitucionalizados. Publicização e repersonalização das relações civis; Sujeito de direito e dignidade humana; espécies e conteúdo dos direitos da personalidade: dificuldades de garantir efetividade e proteção; Direito obrigacional. Princípios sociais do contrato. Revisão dos contratos, proteção contratual do consumidor e da parte contratante mais vulnerável. A tensão entre a justiça contratual e a segurança jurídica. A questão do adimplemento substancial; A evolução da responsabilidade civil no Estado social. Fundamentos, elementos e tipos atuais da responsabilidade civil. Da culpa ao risco. Responsabilidade Civil por inadimplemento obrigacional. Princípios e regras gerais constitucionais aplicáveis. O problema da quantificação do dano moral. Novas formas de compensação do dano. Danos sociais.

Bibliografia básica:

BARBOZA, Heloisa Helena; MORAES, Maria Celina Bodin de e TEPEDINO, Gustavo (orgs.). Código Civil Interpretado Conforme a Constituição da República, Vol. I. Rio de Janeiro: Renovar, 2005. CASTRO NEVES, José Roberto. Uma Introdução ao Direito Civil. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2007. MORAES,

Maria Celina Bodin de. Danos à Pessoa Humana: uma Leitura Civil Constitucional dos Danos Morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. Instituições de Direito Civil – Vol. I. 20ª ed. Atualização: Maria Celina Bodin de Moraes. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 2004. TEPEDINO, Gustavo. Parte Geral do Novo Código Civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

Disciplina: TUTELA PROVISÓRIA: TUTELA DE URGÊNCIA E TUTELA DE EVIDÊNCIA

Carga horária: 7 h/a

Conteúdo programático: Tutela de Urgência e Evidência.

Bibliografia básica:

BUENO, Cássio Scarpinella. Manual de direito processual civil. Vol. único. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DIDIER JR., Fredie. Curso de processo civil. São Paulo: Juspodvm, 2016. v.4

DONIZETTI, Elpídio. Curso didático de direito processual civil. 22ª. ed. São Paulo: Atlas, 2019;

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2019.

JUNIOR, Nelson Nery/ NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado.18.ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

MARCATO, Antônio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Atlas, 17 ed. 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Salvador: editora JusPODIVM, v. único, 2020.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil. 16. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2018. v.4.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 54.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 2

Disciplina: DIREITO INTERNACIONAL

Carga horária: 25 h/a

Objetivos: Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas; interpretar e aplicar o conteúdo próprio da Ciência do Direito; Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; Atuar técnica e juridicamente de forma adequada em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a utilização dos devidos processos, atos e procedimentos.

Conteúdo programático: 1. Sujeitos do Direito Internacional Público: Estados e Organizações Internacionais. 2. Órgãos das relações entre os Estados: agentes diplomáticos e representantes consulares. Convenções de Viena de 1961 e 1963. Missões Especiais. 3. A imunidade de jurisdição dos Estados: origem, fundamentos, extensão e limites. Imunidade de execução. 4. Atividades do estrangeiro no Brasil: limitações constitucionais. 5. Tratados Internacionais: vigência e aplicação. Exigibilidade e efetividade. Hierarquia e controle de convencionalidade. 6. Organização Internacional do Trabalho. História. Órgãos. Comissão de Peritos. Comissão de Aplicação de Normas. Convenções e recomendações internacionais do trabalho. Declaração da Organização Internacional do Trabalho sobre os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho. Protocolos. 7. OMC e concorrência internacional. “Dumping Social”, “Cláusula Social” e “Selo Social”. Padrões trabalhistas mínimos. 8. Conflito de leis no espaço: os princípios da lex loci executionis e de locus regit actum 9. Mercosul. Constituição. Livre circulação de trabalhadores.

Bibliografia básica:

RESEK, José Francisco. Direito Internacional Público – Curso Elementar. São Paulo: Saraiva, 2010.

RECHSTEINER, Beat Walter. Direito Internacional Privado. Teoria e prática. São Paulo: Saraiva, 2008.

ROCHA, Manoel Ilson Cordeiro. Direito Internacional Público resumido. 3ª ed. Franca-SP: Ribeirão Gráfica e Editora, 2018.

MELLO, Celso D. Albuquerque. Curso de Direito Internacional Público. Rio de Janeiro e São Paulo: Renovar, 2001.

RANGEL, Vicente Marota. Direito e Relações Internacionais. Textos coligidos, ordenados e anotados (com prólogo). São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

ACCIOLY, Hildebrando. Manual de Direito Internacional Público. São Paulo: Saraiva, 2005. DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado (parte geral). Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2000.

STRENGER, Irineu. Direito Internacional Privado. São Paulo: LTr, 2008.

Disciplina: DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Carga horária: 25 h/a

Objetivos: Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas; interpretar e aplicar o conteúdo próprio da Ciência do Direito; Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; Atuar técnica e juridicamente de forma adequada em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a utilização dos devidos processos, atos e procedimentos.

Conteúdo programático: Teoria Geral do Processo. Processo de Conhecimento. Processo de Execução. Processo Cautelar.

Bibliografia básica:

BUENO, Cássio Scarpinella. Manual de direito processual civil. Vol. único. 20.ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

DIDIER JR., Fredie. Curso de processo civil. São Paulo: Juspodvm, 2016. v.4

DONIZETTI, Elpidio. Curso didático de direito processual civil. 22ª. ed. São Paulo: Atlas, 2019;

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios. Direito Processual Civil Esquematizado. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2019.

JUNIOR, Nelson Nery/ NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado.18.ed.São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2019.

MARCATO, Antônio Carlos. Procedimentos Especiais. São Paulo: Atlas, 17 ed. 2017.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. Salvador: editora JusPODIVM, v. único, 2020.

WAMBIER, Luiz Rodrigues. Curso avançado de processo civil. 16. ed. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2018. v.4.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de direito processual civil. 54.ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019. v. 2

Disciplina: PJE

Carga horária: 10 h/a

Objetivos: Ler, compreender e elaborar textos, atos e documentos jurídicos ou normativos com a devida observância às normas técnico-jurídicas; interpretar e aplicar o conteúdo próprio da Ciência do Direito; Pesquisar e utilizar a legislação, a jurisprudência, a doutrina e outras fontes do Direito; Atuar técnica e juridicamente de forma adequada em diferentes instâncias administrativas ou judiciais, com a utilização dos devidos processos, atos e procedimentos.

Conteúdo programático: HISTÓRICO DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO; LEI DA INFORMATIZAÇÃO DO PROCESSO JUDICIAL; MP DA ICP-BRASIL; RESOLUÇÃO CNJ DA NUMERAÇÃO PROCESSUAL UNIFICADA; RESOLUÇÃO CNJ DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PROCESSUAIS ELETRÔNICOS; PRINCIPAIS ACORDOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CNJ E TRIBUNAIS; RESOLUÇÃO CNJ DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO; ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS COMITÊS GESTORES DO PJE; CARACTERÍSTICAS E DIRETRIZES DO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO; EFEITOS DO PJE PARA OS OPERADORES DO DIREITO; PJE E PJE-JT; TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS – TPU; CERTIFICAÇÃO DIGITAL PADRÃO ICP-BRASIL; FORMAS DE AUTENTICAÇÃO; ASSINATURA DIGITAL DE DOCUMENTOS; PARTICIONAMENTO

DE ARQUIVOS; PROTOCOLIZAÇÃO DE PROCESSOS; PETICIONAMENTO ELETRÔNICO; SOLICITAÇÃO DE HABILITAÇÃO NOS AUTOS; CONSULTA PÚBLICA DE PROCESSOS; CONSULTA A PROCESSOS NÃO VINCULADOS AO ADVOGADO; CONSULTA AO ACERVO PROCESSUAL; CONSULTA A CITAÇÕES E INTIMAÇÕES; CIÊNCIA DE ATO JUDICIAL, RESPOSTA A EXPEDIENTES JUDICIAIS.

Bibliografia básica:

Bazerman, M. Processo Decisório para cursos de administração, economia e MBAs. Rio de Janeiro. Elsevier: 2004

CHANLAT, Jean-François. O Indivíduo na Organização. Dimensões Esquecidas. 3 ed.Vol.III. São Paulo, Atlas: 1996.

Duzert, Y (org). Manual de Negociações Complexas. Rio de Janeiro. Fundação Getulio Vargas: 2007

KLEIN, G. Sources of Power: How people make decisions. Cambridge: MIT Press, 1998.

Disciplina: TUTELA DOS DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

Carga horária: 15 h/a

Conteúdo programático: Definição de Direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos. Sistemática de aplicação dos direitos de tutela coletiva e de tutela individual homogênea. Aspectos constitucionais a respeito dos direitos coletivos e individuais homogêneos. 1.3 Estudo no direito comparado sobre a estrutura dos direitos coletivos. As últimas reformas do CPC em relação ao processo individual e coletivo. O modelo do Direito Processual Coletivo brasileiro. 2.2 A aplicabilidade limitada e condicionada do CPC no plano dos processos coletivos. A coisa julgada no processo civil brasileiro e sua incidência sobre o processo coletivo. Aspectos da segurança jurídica e da coisa julgada nos processos coletivos e de direitos individuais homogêneos. Aplicação do Código de defesa do Consumidor aos Direitos Difusos, coletivos e individuais homogêneos. Execução coletiva. Delimitação conceitual. A falta de corpo legislativo próprio e a insuficiência do CPC para reger a execução coletiva. Execução coletiva no Código de processo Civil Brasileiro. Execução coletiva em relação aos direitos difusos. Execução coletiva em relação aos direitos coletivos em sentido estrito. Execução coletiva em relação aos direitos individuais homogêneos

Bibliografia básica:

MANCUSO, Rodolfo. Interesses difusos: conceito e legitimação para agir. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MIRANDA, Jorge. Manual de direito constitucional. Tomo 3. Coimbra: Coimbra Editora, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang. A eficácia dos direitos fundamentais. Porto Alegre. Livraria do Advogado, 1998.

Bibliografia complementar:

ASSIS, Araken de; MOLINARO, Carlos Alberto; MILHORANZA, Mariângela Guerreiro. Processo coletivo e outros temas de direito processual. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

MANCUSO, Rodolfo Camargo de. Comentários ao Código de Proteção ao Consumidor. Coordenado por Juarez de Oliveira. São Paulo: Saraiva, 1991.

_____. Ação civil pública: em defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos consumidores. 9. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

PRADE, Péricles. Conceito de interesses difusos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1987.

ZAVASCKI, Teori Albino. Processo coletivo. Tutela de direitos coletivos e tutela coletiva de direitos. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

5.4. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação do desempenho escolar será feita por disciplina, por meio de provas no sistema Gran Cursos, e terá por base o sistema de notas em valores numéricos, numa escala de 0 (zero) a 100 (cem) ponto, considerando-se aprovado(a) aquele que alcançar a nota mínima de 70(setenta) pontos.

5.5. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Será opcional.

5.6. ATIVIDADE DE EAD

Aulas expositivas, mesclando a teoria com casos práticos apresentados pelos docentes por meio de suas experiências profissionais e acadêmicas.

5.7. CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE UNIDADES CURRICULARES CURSADAS ANTERIORMENTE

O aproveitamento de estudos dar-se-á por equivalência ou isenção de disciplinas, caso o(a) aluno(a) já tenha cursado disciplina com carga horária e conteúdo programático compatíveis ou idênticos entre si. O pedido de aproveitamento de disciplinas será analisado pela coordenação do curso.

6. Coordenação do Curso

6.1. COORDENADOR DO CURSO

Rogério Alves Dias

Advogado. Doutorando em Direito. Mestre em Ciência Política, com área de concentração em Direitos Humanos, Cidadania e Violência. Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho. Especialista em Direito Público. Professor Universitário (graduação e pós-graduação) e cursos preparatórios para concursos públicos.

E-mail: rogerio.dias.gran@gmail.com

Telefone: (61) 98324-7161

6.2. CORPO DOCENTE

Unidade Curricular	Docente(s)	Titulação	Carga Horária
Direito Constitucional	Aragonê Fernandes	Especialista	40h
Jurisdição e Normas Fundamentais de Processo Civil	Lídia Marangon	Especialista	13h
Direito Previdenciário	Fernando Maciel	Mestre	40h
Direito Processual do Trabalho	Rogério Dias	Mestre	20h
Direito Individual do Trabalho I	Rafael Tonassi	Mestre	10h
Direito Individual do Trabalho II	Cristiano Siqueira	Mestre	30h
Direito Coletivo do Trabalho	Gervásio Meireles	Especialista	10h
Direitos Humanos	Alice Rocha		30h
Direito Processual do Trabalho – Procedimentos Especiais	Gervásio Meireles	Especialista	15h
Recursos Trabalhistas	Rogério Dias	Mestre	8h
Tópicos Especiais I	Rogério Dias	Mestre	4h
Tópicos Especiais II	Cristiano Siqueira	Mestre	5h
Tópicos Especiais III	Luiz Carlos Fabre	Mestre	5h
Pje-Calc	Antônio Augusto Martins	Especialista	5h
Comunicação e Oratória	Karina Zucoloto	Mestra	10h
Execução Trabalhista	Gervásio Meireles	Especialista	10h
Direito Civil	Roberta Queiroz	Mestra	20h
Tutela Provisória: Tutela de Urgência e Tutela de Evidência	Renato Castro	Mestre	7h
Direito Internacional	Alice Rocha	Doutora	25h
Direito Processual Civil	Lídia Marangon	Especialista	25h
PJE	Antônio Augusto Martins	Especialista	10H
Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos	Pablo Barreto	Mestre	15h
Tópicos Especiais IV	Renato Borelli	Especialista	5h
Metodologia da Pesquisa Científica (opcional)	Julianna Moreira	Mestra	40h

6.3. BIBLIOTECA

Não haverá uma biblioteca física, em razão da natureza do curso. Caberá ao docente indicar em aula a bibliografia básica e complementar.

7. Estágio

7.1. Este curso de pós-graduação contempla, como diretriz curricular, apenas o estágio não obrigatório, assim considerado aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular obrigatória, nos termos da Lei n. 11.788, de 25 de setembro de 2008, devendo-se celebrar Termo de Compromisso de Estágio, como Instrumento Jurídico entre a Instituição de Ensino, a parte Concedente e o estagiário em cláusulas que estabeleçam as condições gerais (vigência, eventual bolsa e jornada de trabalho, compatível com as atividades escolares e nos limites legais) bem como as obrigações da Instituição de Ensino, em relação aos estágios de seus educandos; e as obrigações da parte concedente.

7.2. As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, são equiparadas ao estágio.

7.3. Deve-se haver compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no Termo de Compromisso de Estágio.

7.4. O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da Instituição de Ensino e por Supervisor da parte concedente, comprovado por vistos em relatórios de atividades a serem apresentados pelo aluno, em prazo não superior a 6 (seis) meses, e por menção de aprovação final.

7.5. Os relatórios periódicos e o final devem ser apresentados à instituição de ensino, com a descrição pormenorizado das atividades, inclusive com a natureza do estágio e jornada, e com a assinatura do supervisor da parte concedente.

7.6. Os relatórios periódicos do estagiário serão incorporados ao Termo de Compromisso por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do aluno.

7.7. Quando devidamente formalizado, as atividades de estágio podem, a pedido do interessado ser acrescidas à carga horária regular e obrigatória, com o objetivo de acrescentar a carga horária respectiva como atividade complementar no certificado.